

35° Encontro Anual da Anpocs

GRUPO DE TRABALHO 16

GRUPOS DIRIGENTES E ESTRUTURAS DE PODER

As Dinastias Políticas do Parlamento Brasileiro

(versão preliminaríssima. Favor não citar)

Débora Messenberg

Universidade de Brasília (UnB)

deboramess@gmail.com

AS DINASTIAS POLÍTICAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

Débora Messenberg

A temática que trago para o debate redonda de uma pesquisa ainda não concluída, denominada “*As dinastias políticas do parlamento brasileiro*”, cujo trabalho de campo só foi finalizado no início do mês de julho do presente ano.

Nesse sentido, o que será apresentado a seguir são dados preliminares e informações ainda não plenamente sistematizadas. Uma versão mais completa do trabalho será entregue antes de sua apresentação no *GT Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder* durante o 35^a Encontro Anual da ANPOCS.

De qualquer forma, o problema em discussão, assim como as referências teóricas adotadas são por si só temas sugestivos para ampliar a reflexão acerca das formas de se pensar e fazer a política no Brasil.

O objetivo central desse trabalho é a investigação dos perfis e das práticas sociais dos deputados federais que em função do pertencimento a núcleos familiares que gozam de reconhecimento de longa data na esfera política, constituem verdadeiras “dinastias políticas” na Câmara dos Deputados.

A legislatura em análise foi a que terminou neste ano, ou seja, a 53^ª Legislatura (2007 a 2011), onde todos os 513 deputados empossados tiveram investigadas as suas biografias, no que se refere, preliminarmente, a sua filiação parental. Em termos específicos, pretendeu-se não só identificar os atores e as suas trajetórias políticas, mas compreender de que maneira diferentes matizes socioculturais interferem no processo de construção e consolidação de suas carreiras e identidades enquanto políticos.

Para tanto, foi empreendida ampla investigação acerca do perfil sociocultural, econômico e ideológico dos membros dessas dinastias, suas trajetórias políticas, representações acerca da política e do ser político no Brasil.

Foi ainda utilizado, como recurso analítico, o agrupamento dos membros dessas dinastias em termos da representação regional de seus integrantes, no

intuito de conhecer as suas diferenças internas e entender de que forma identidades culturais distintas moldam suas idéias e práticas.

De forma geral, a estratégia metodológica adotada, pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semi-estruturadas com membros das dinastias políticas investigadas.

A identificação e seleção dos parlamentares participantes do segmento em foco foram construídas a partir do levantamento das suas respectivas biografias disponíveis no banco de dados do Centro de documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Solicitamos ainda a disponibilização de informações acerca das relações de parentesco dos deputados da 53ª Legislatura em relação aos seus antecessores.

O referido banco de dados da Câmara dos Deputados possui informações acerca dos deputados federais brasileiros desde o Império. Entretanto, eles só possuem dados sobre aqueles parlamentares que tiveram antecessores políticos que passaram pela Câmara dos Deputados. Foi então necessário que empreendêssemos investigação sobre todos os outros deputados não relacionados nesse levantamento inicial, para averiguarmos vínculos de parentesco com políticos de outras esferas do campo político e que se submeteram aos escrutínios eleitorais. Ou seja, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, governadores e finalmente, senadores. Tais buscas se deram fundamentalmente pelos sites desses deputados, por pesquisas bibliográficas e na internet. Chegou-se, assim, a um total de 118 parlamentares da 53ª Legislatura que pertenciam ao que passamos a denominar como “dinastias políticas”. (23% da CD)

Foi assim realizado um levantamento dos perfis e das trajetórias políticas desses atores sociais, desde a sua naturalidade, escolaridade, profissão, ocupação de cargos públicos, de cargos eletivos, filiação partidária, número de mandatos e rotatividade partidária. Organizou-se uma morfologia dos membros das dinastias políticas da CD na 53ª legislatura a partir de um recorte regional em função do interesse em conhecer singularidades políticas mediadas por identidades sócio-culturais.

Quanto à obtenção dos dados primários, esta se deu a partir da realização de entrevistas com congressistas pertencentes às dinastias políticas no período considerado. Foram doze os entrevistados selecionados e sua seleção pautou-se na preocupação em se garantir representação proporcional, no que se referem as suas filiações aos principais partidos e as representações regionais. As entrevistas foram guiadas por roteiro predeterminado, porém não fechado, o qual vem permitindo a sistematização dos dados qualitativos.

Em termos macro teóricos os conceitos de *habitus*, campo político e capital político em Bourdieu são centrais para o desenvolvimento da discussão.

A idéia de corporificação que a noção de *habitus* nos remete, revela o caráter pré-reflexivo de nossas ações e escolhas. Nosso corpo “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo.”¹

Tal incorporação de significados e de esquemas distintivos e classificatórios inicia-se na socialização primária e segue em momentos de ressocialização, conseqüentes das escolhas que são realizadas ao longo da vida, elas mesmas orientadas pelo *habitus*. Ao ressaltar o caráter de aprendizado e de “incorporação” de nossas disposições e esquemas avaliativos, Bourdieu redefine o pertencimento a determinadas classes e grupos sociais.

O compartilhamento de certos *habitus* reúne indivíduos que, para além de qualquer acordo consciente, vivenciam “práticas sociais” similares que, por sua vez, alimentam estratégias comuns. A divisão entre os grupos sociais parece, assim, estar na “ordem das coisas”, ou seja, parece ser algo tão natural que chega a ser inevitável.

Essa concordância entre estruturas objetivas e estruturas cognitivas leva à naturalização e faz com que o mundo social e suas arbitrarias divisões, sejam vistas como naturais e evidentes, adquirindo, portanto, legitimação.

1 Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p.144

A incorporação do *habitus* não pode ser então compreendida fora de sua dimensão relacional a um campo. Os campos traduzem-se em espaços de possíveis, um sistema de coordenadas que é preciso conhecer para entrar no jogo.

O campo pode ser assim descrito como um espaço de lutas entre diferentes agentes que ocupam posições distintas em torno da apropriação de um capital específico ou pela redefinição desse capital. Nele, os agentes se enfrentam com meios e fins diferenciados, conforme sua posição nessa estrutura de forças. Em verdade, o processo que propicia a construção das ações específicas em cada campo é ele mesmo, um produto das lutas entre os agentes.

A relação entre campo e *habitus* se impõe para refutar a visão mecânica da ação, na qual os agentes são tratados como se fossem movidos por ações conscientes, como se colocassem intencionalmente os objetivos de suas ações e agissem de forma a alcançá-los da maneira mais eficiente possível. Outra função da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes.

Se ao campo político corresponde um *habitus* político amplo e geral, a cada grupo ali inserido corresponderão *habitus* ao mesmo tempo orientados por aquele mais geral, mas também específicos, pois serão forjados com base nas características de cada um dos grupos a depender da sua posição no espaço.

Bourdieu define o campo político como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores devem escolher.”² Constitui-se num universo social que possui características distintivas, que o separa dos demais campos, estabelecendo os seus limites. Apresenta, como qualquer campo, regras estruturantes que definem as disposições operantes e significativas nesse universo, possibilitando a

2 Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.164

hierarquização dos agentes no seu interior, com base no tipo específico de capital que ele pode mobilizar.

É um universo que obedece a suas próprias leis, estabelecendo normas e limites a entrada e ação de membros externos a ele, ao passo que estruturam sua dinâmica interna. A ação dos agentes dentro deste campo está diretamente relacionada ao acúmulo de um tipo especial de capital simbólico, cujos elementos distintivos são fruto de processos de reconhecimento e atribuição de legitimidade a um conjunto de bens e práticas disponíveis e vivenciados pelos integrantes do campo. Estamos, pois, na presença de uma espécie particular de capital simbólico: o capital político.

De acordo com Bourdieu o capital político é “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na crença e no reconhecimento.”³ Ele é obtido nas inúmeras demonstrações de crédito que os próprios pares conferem ao indivíduo ou a instituição, os poderes específicos que eles lhes reconhecem. Assegura aos seus detentores, certa forma de apropriação de bens e serviços disponíveis no campo político.

É nesse universo social que são definidas as regras e estruturas que admitem a entrada de discursos e práticas vistas como legítimas, a partir de processos de reconhecimento vivenciados pelos membros do grupo.

Como em qualquer campo, o campo político exige de seus participantes certo modo de pensar e agir configurados num determinado *habitus*. A incorporação do *habitus* político supõe a aprendizagem de um “*corpus* de saberes específicos” elaborados e acumulados pelo trabalho político de profissionais de ontem e hoje, além do domínio de certa linguagem ou *retórica*, que permite a comunicação dos políticos com os seus eleitores e o debate entre os seus pares.

O ingresso nesse campo requer uma preparação especial, uma “iniciação”, moldada por rituais de passagem, “que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de fato

3 Id., *ibid.*, p.188

aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou a forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles.”⁴

Bourdieu propõe uma tipologia tripartite das formas de capital político: o *capital delegado*; o *capital convertido* e o *capital heróico*. Reconhece que essa repartição é, em termos weberianos, um recurso metodológico e não a expressão absoluta da realidade; visa o típico, o essencial.

Nesta perspectiva, define o *capital delegado* “como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade*.”⁵ De forma ampliada, é o capital relacionado ao prestígio o qual se beneficia os ocupantes de cargos institucionais, sejam eles relacionados a posições de relevo nos Poderes Executivo, Legislativo, e, principalmente, na máquina partidária.

O *capital convertido* “é produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem certo capital cultural.”⁶

Finalmente, o *capital heróico*, pode ser definido como um subtipo do *capital convertido*. Ou seja, se esse último “é uma espécie de capital pessoal de *notável*, produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar *heróico* e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de 'carisma', é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise.”⁷

Considerando a singularidade do campo político brasileiro e, em particular, a Câmara dos Deputados, lócus desta investigação, concorda-se com

4 Id., *ibid.*, pp. 169-170

5 Id., *ibid.*, p. 191

6 Id., *ibid.*, p. 191

7 Id., *ibid.*, p. 191

assertiva de Miguel,⁸ de que em termos teóricos, os conceitos bourdesianos de *capital delegado* e *capital convertido* contribuem de forma mais produtiva para a análise das operações distintivas e hierarquizantes presentes nesse universo político. Isto porque, tendo em vista a fragilidade histórica de nossas organizações partidárias (com raras exceções) e as especificidades das articulações institucionais e valorativas que moldam o nosso fazer e pensar a política faz-se necessário adequar tais conceitos à realidade nacional.

Tomando como referência os conceitos de *capital delegado* e *capital convertido* para orientar a investigação das trajetórias políticas dos parlamentares na Câmara dos Deputados, durante o período de 2007 a 2011⁹, pode-se admitir que, a aquisição do capital político delegado tem origem privilegiadamente no campo político estatal. Isto é, a partir da notoriedade e reconhecimento obtidos na ocupação de cargos destacados na máquina burocrática pública, no exercício de mandatos eletivos no âmbito do Executivo e do Legislativo nas suas mais diferentes circunscrições, na ocupação de cargos importantes na estrutura organizacional e de funcionamento da Câmara dos Deputados, e também nas organizações partidárias e sindicais.

No Brasil, ao contrário do que se destaca na análise de Bourdieu, onde a detenção deste tipo de capital político é fruto primeiro da história de uma instituição, os partidos, aqui sua aquisição envolve principalmente trajetórias diversas em diferentes espaços públicos.

Como outra fonte de capital delegado, pode-se relacionar aquela oriunda da aquisição de capital político “herdado”, ou seja, em função do pertencimento a núcleos familiares que gozam de reconhecimento de longa data na esfera política, constituindo-se em verdadeiras “dinastias políticas.”¹⁰ Inúmeros são os exemplos na vida política brasileira de famílias que se reproduzem no poder há

8 Miguel, Luis Felipe. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. In: Revista de Sociologia e Política, n.20, pp.115-134, junho. 2003

9 Messenberg,, Débora. “O alto e o baixo clero do parlamento brasileiro”. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2009.

10 Bourdieu, *Razões Práticas*, op. cit., p.30

várias gerações, como a dos Sarneys, Magalhães, Neves, Rosados, Arraes, Macieis e outras.

A ocupação de cargos públicos de destaque na máquina estatal e partidária garante aos seus ocupantes, além da visibilidade social, o acesso a recursos de poder que podem ser distribuídos a certos grupos sociais, que funcionarão como redes de apoio a serem acionadas para a conquista e manutenção de mandatos eleitorais. De outro lado, a transmissão de capital político por “herança familiar” envolve também a patrimonialização de bens e serviços públicos por famílias que influenciam o poder há longo tempo.

De acordo com os dados da presente pesquisa 79,7% dos parlamentares membros de dinastia ocuparam algum cargo público ao longo de sua vida pública, com destaque para os cargos de Secretário de Estado e Município (38.1%). Outro dado relevante que a pesquisa revela é que apesar do percentual significativo de novatos entre os deputados federais membros de dinastias (39%), 89% deles nunca mudaram de partido. Isso induz a reflexão da continuidade e influência de determinadas famílias políticas em alguns partidos brasileiros e mais decisivamente em certas regiões ou localidades.

De fato, de acordo com os dados levantados, a predominância dos deputados do nordeste entre os membros das dinastias é elevada 43,2%, seguidos de longe pelos do Sudeste 22%, do Sul 15,3%, Norte 14,4% e finalmente Centro-Oeste 5,1%.

Reveladora é também a concentração dos membros de dinastias em certos partidos. Cerca de 60% deles se distribuem partidariamente entre quatro partidos: o PMDB (24,4%) o PSDB (14,4%), o DEM (11,8%) e o PSD (9,3%).

O que os dados demonstram, ainda que de forma preliminar e pouco aprofundada, é que transmissão do capital político por herança familiar no Brasil, longe de ser uma prática incompatível com a modernização social e a institucionalização democrática, mantém-se como um vigoroso mecanismo de recrutamento para vida pública.

A percepção moralista que atribui de forma pejorativa essa forma de fazer política como um resquício de uma ordem tradicional, patrimonialista, conservadora, etc, não explica a sua reprodução no tempo e no espaço.

A hereditariedade na política aponta para uma dispersão de significados entre as diferentes formas de construção das carreiras políticas no Brasil e revela a convivência de lógicas conflituosas, mas não excludentes.

Se as teses clássicas da democracia representativa inferem sobre o crescente banimento de elementos familiares ou estamentais, como diria Weber, da ordem política, a fim de se alcançar o princípio individualista e igualitário, a permanência do espírito familiar, como define Canêdo, na vida pública, sugere que o ingresso de novos segmentos nas disputas eleitorais não significou a perda da importância dos vínculos de parentesco, mas antes a sua reconfiguração enquanto um repertório de identificação e seleção na disputa política.

A concentração da hereditariedade política em alguns partidos e em certas localidades indica ainda que em certos universos simbólicos há maiores facilidades para a transmissão, legitimação e gestão da memória familiar. Isso pressupõe, no entanto, o estudo das normas e condutas que organizam o jogo político nesses espaços. Jogo esse, disputado num campo tenso, instável, com regras complexas e compreensíveis apenas para os iniciados. É preciso refletir assim como essas regras são incorporadas ao ponto de serem reconhecidas como naturais a partir de processos de socialização contínuos.

Para a compreensão dos processos de transmissão do capital político familiar há que se investigar como se operam no seio dessas famílias a reprodução desse saber, a partir de rituais que envolvem práticas conformadoras de vocações, que infundem o domínio de regras, convicções ideológicas, gostos e mesmo posturas corporais.

Há muito ainda a ser analisado, principalmente em relação ao conteúdo das entrevistas realizadas. Mas é certo que a herança familiar vem sendo pouco e mal pensada por cientistas sociais e políticos, principalmente quando insistem

em taxá-los como reminiscências anacrônicas, o que não auxilia na compreensão deste fenômeno de tão longa duração.

Há, a meu ver, elementos relacionados às dimensões de honra e fidelidade política no âmbito das sucessões políticas familiares que precisam ser melhor elucidados, pois eles parecem ser, em determinados universos sociais, decisivos para organização das idéias acerca do mundo social e político, pois estabelecem centralmente os princípios hierárquicos de ordenação social e de significação.

Essas são, contudo, impressões que precisam ser mais aprofundadas na análise das entrevistas e nas genealogias acerca de algumas carreiras de políticos pertencentes as dinastias políticas. É uma agenda de pesquisa ainda a ser percorrida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria A. do N. *Mitologia da Mineridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 1ª ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. *O Poder Simbólico*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANEDO, Letícia. “As metáforas do Parentesco e a Duração em Política”. *Cadernos Cedex*, n.º 42, 1997.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

GRILL, Igor G. “Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2003.

MESSEMBERG, Débora. “O alto e o baixo clero do parlamento brasileiro”. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. In: *Revista de Sociologia e Política*, n.20, pp.115-134, junho. 2003.

ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.